



Ata nº 037 da Sessão Ordinária nº 037, de 25 de Junho de 2013.

1 Às nove horas do dia vinte e cinco de junho de dois mil e treze, na sede do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do  
2 Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva Nunes", sob a Presidência da Conselheiro **JOSÉ CARLOS**  
3 **ARAÚJO**, presentes os Conselheiros, **MARA LÚCIA, ROSA HAGE, DANIEL LAVAREDA, ANTÔNIO JOSÉ e CEZAR**  
4 **COLARES**; Ausência justificada do Conselheiro **ALOÍSIO CHAVES**, bem como a presença da Procuradora - Chefe do  
5 Ministério Público junto ao TCM-PA, **ELISABETH SALAME DA SILVA**, reuniu-se o Egrégio Colegiado do Tribunal de  
6 Contas dos Municípios do Estado do Pará, em Sessão Ordinária realizada nos termos do artigo 29 do Regimento Interno  
7 desta Corte. Convocado o Auditor José Alexandre Cunha para apresentar proposta de Decisão, nos termos do art. 19, II da  
8 Lei Orgânica do TCM/Pa. Convocado o Auditor Sérgio Dantas para composição de quorum. A seguir, a Presidência deu  
9 início a Sessão, momento em que assim se manifestou: "havendo quorum, declaro aberta a presente Sessão. Inspirai,  
10 Senhor, nossos atos neste Plenário, para que possamos decidir sempre com justiça, equilíbrio e sabedoria". Em sequência,  
11 apresentada a **PAUTA DE JULGAMENTOS**, momento em que foram anunciados os processos. **Processo nº**  
12 **200610484; Secretaria Municipal de Finanças de Belém; Prestação de Contas - 2005; Responsável Walber**  
13 **Conceição Ferreira; Alcimar Lobato da Silva; Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relatora – Conselheira Rosa Hage;**  
14 **Publicado no DOE nº 32.422, de 21.06.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu  
15 posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas, com ressalva. A matéria foi colocada **em**  
16 **discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade,**  
17 decidiu pela aprovação, com ressalvas, da prestação de contas da Secretaria Municipal de Finanças do Município de Belém  
18 – SEFIN, do exercício de 2005, de responsabilidade do Sr. Walber da Conceição Ferreira, com a expedição do Alvará de  
19 Quitação no valor de R\$-10.187.347,33 (dez milhões, cento e oitenta e sete mil, trezentos e quarenta e sete reais e trinta e  
20 três centavos) pelas despesas ordenadas. **Processo nº 614002007-00 (200810430-00); Fundo Municipal de**  
21 **Assistência Social de Primavera; Prestação de Contas – 2007; Responsável Angela Paula Escórcio; 1ª Controladoria;**  
22 **Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora – Conselheira Rosa Hage; Publicado no DOE nº 32.422, de 21.06.2013.**  
23 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela  
24 aprovação das contas, com ressalva. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A  
25 Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade,** decidiu pela aprovação das contas do Fundo Municipal de  
26 Assistência Social do Município de Primavera, do exercício de 2007, de responsabilidade da Sra. Ângela Paula Escórcio, com  
27 a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-320.383,43 (trezentos e vinte mil, trezentos e oitenta e três reais e  
28 quarenta e três centavos). **Processo nº 1040072006-00; Fundo Municipal de Educação de Tailândia; Prestação de**  
29 **Contas - 2006; Responsável Maria Regina Pereira Goes; 5ª Controladoria; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator –**  
30 **Conselheiro Daniel Lavareda; Publicado no DOE nº 32.422, de 21.06.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o  
31 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi  
32 colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO: "pela não aprovação das contas do Fundo Municipal de**  
33 **Educação do Município de Tailândia, exercício 2006, de responsabilidade da Sra. Maria Regina Pereira Goes, com recolhimento ao**  
34 **FUMREAP, no prazo de 15 (quinze) dias, das seguintes multas: I - R\$ 3.100,00 (três mil e cem reais), com base no art. 120-B, do**  
35 **Regimento Interno deste Tribunal, pela remessa intempestiva das prestações de contas do 2º quadrimestre; II – R\$ 4.000,00 (quatro mil**  
36 **reais), com base no art. 120-A, II, do Regimento Interno deste Tribunal, pelo descumprimento do dispositivo legal relativo a licitação e**  
37 **pela não apropriação da totalidade dos encargos patronais do exercício, sem prejuízo do encaminhamento de cópia dos autos ao**  
38 **Ministério Público Estadual". Em votação:** o Conselheiro Cezar Colares, o Conselheiro Antônio José, o Conselheiro José Carlos  
39 Araújo, a Conselheira Rosa Hage e o Auditor Sérgio Dantas acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia  
40 acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à**  
41 **unanimidade,** decidiu pela não aprovação da prestação de contas do Fundo Municipal de Educação do Município de  
42 Tailândia, do exercício 2006, de responsabilidade da Sra. Maria Regina Pereira Goes, sem prejuízo de encaminhamento de  
43 cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Por maioria:** recolhimento ao FUMREAP, no prazo de 15 (quinze) dias, das  
44 seguintes multas: I - R\$-3.100,00 (três mil e cem reais), com base no art. 120-B, do Regimento Interno deste Tribunal,  
45 pela remessa intempestiva das prestações de contas do 2º quadrimestre; II – R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), com base no  
46 art. 120-A, II, do Regimento Interno deste Tribunal, pelo descumprimento do dispositivo legal relativo a licitação e pela não  
47 apropriação da totalidade dos encargos patronais do exercício. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da





48 multa ao FUMREAP. Em seguida, houve a inversão da pauta com o julgamento do processo de nº 5: **Processo nº**  
49 **584012007-00; Instituto de Previdência do Município de Portel; Prestação de Contas - 2007; Responsável Alan**  
50 **Roberto de Souza da Costa; 5ª Controladoria; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda;**  
51 **Publicado no DOE nº 32.422, de 21.06.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu  
52 posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O  
53 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: "*pela não aprovação da prestação de contas do Instituto de Previdência do Município de*  
54 *Portel, exercício 2007, de responsabilidade do Sr. Alan Roberto de Souza da Costa, com recolhimento ao FUMREAP, no prazo de 15*  
55 *(quinze) dias, multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), com base no art. 120-A, II, do Regimento Interno deste Tribunal, pelo*  
56 *descumprimento do limite legal de despesas administrativas no exercício, sem prejuízo de encaminhamento de cópia dos autos ao*  
57 *Ministério Público Estadual*". **Em votação:** a Conselheira Rosa Hage, o Conselheiro Antônio José, o Auditor Sérgio Dantas e o  
58 Conselheiro José Carlos Araújo acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com  
59 a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não  
60 aprovação da prestação de contas do Instituto de Previdência do Município de Portel, do exercício 2007, de  
61 responsabilidade do Sr. Alan Roberto de Souza da Costa, sem prejuízo de encaminhamento de cópia dos autos ao  
62 Ministério Público Estadual. **Por maioria:** recolhimento ao FUMREAP, no prazo de 15 (quinze) dias, da multa de R\$  
63 5.000,00 (cinco mil reais), com base no art. 120-A, II, do Regimento Interno deste Tribunal, pelo descumprimento do  
64 limite legal de despesas administrativas no exercício. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao  
65 FUMREAP. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 202012007; Instituto de**  
66 **Aposentadoria e Pensões dos Servidores Públicos Municipais de Cachoeira do Arari; Prestação de Contas -**  
67 **2007; Responsável Fabiano de Cristo Azevedo Muribeca; 5º Controladoria; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator -**  
68 **Conselheiro Daniel Lavareda; Publicado no DOE nº 32.422, de 21.06.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o  
69 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi  
70 colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: "*pela não aprovação da prestação de contas anuais de*  
71 *gestão do Sr. Fabiano de Cristo Azevedo Muribeca - Superintendente, responsável pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos*  
72 *Servidores Municipais (IAPSM) de Cachoeira do Arari, no exercício 2007, com recolhimento no prazo de 15 (quinze) dias, da multa abaixo*  
73 *descrita ao Fundo de Modernização, Reaparelhamento e Aperfeiçoamento do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará -*  
74 *FUMREAP/TCM, em conformidade com o art. 3º, III, da Lei nº 7.368, de 29 de dezembro de 2009 :- 1.1 - R\$5.000,00 (cinco mil reais),*  
75 *com base no art. 120-B, item IV, do Regimento Interno-TCM/PA, pelo envio fora dos prazos legais (todos superiores a 90 dias); 1.2 - R\$*  
76 *5.000,00 (cinco mil reais), com base no art. 120-A, item II, do Regimento Interno- CM/PA, pela realização de despesa sem autorização*  
77 *legal*". **Em votação:** o Conselheiro Antônio José, o Conselheiro José Carlos Araújo, a Conselheira Rosa Hage e o Auditor  
78 Sérgio Dantas acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da  
79 multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das  
80 contas anuais do Sr. Fabiano de Cristo Azevedo Muribeca, responsável pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos  
81 Servidores Municipais (IAPSM), de Cachoeira do Arari, no exercício 2007. **Por maioria:** com o recolhimento ao FUMREAP,  
82 no prazo de 15 (quinze) dias, das seguintes multas :- 1.1 - R\$-5.000,00 (cinco mil reais), com base no art. 120-B, item IV,  
83 do Regimento Interno -TCM/ PA, pelo envio fora dos prazos legais (todos superiores a 90 dias); 1.2 - R\$-5.000,00 (cinco  
84 mil reais), com base no art. 120-A, item II, do Regimento Interno- CM/PA, pela realização de despesa sem autorização  
85 legal. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão de multa ao FUMREAP. Ausência, por ocasião de votação, do  
86 Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201118239-00; Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Arari; Recurso de**  
87 **Revisão contra a Decisão da Resolução nº 9.960 de 01.02.2011 - 2011; Interessado Fernando Antônio Lobato Tavares;**  
88 **Auditor Alexandre Cunha e 5ª Controladoria; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda;**  
89 **Publicado no DOE nº 32.422, de 21.06.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu  
90 posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e não provimento do Recurso. A matéria foi colocada **em**  
91 **discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**,  
92 decidiu pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso para modificar o teor da Resolução nº 9.960/2011-TCM/PA, de  
93 01/02/2011, com a retirada da falha referente aos gastos com pessoal em 2001, em razão da recondução aos limites legais  
94 no exercício seguinte, mantendo os demais termos da decisão recorrida. Em seguida, houve a inversão da pauta com o  
95 julgamento do processo de nº 10: **Processo nº 1330062003-00; Fundo Municipal de Educação de Cachoeira do**  
96 **Piriá; Recurso de Reconsideração contra Decisão Objeto do Acórdão nº 18.402, 16.04.2009 - 2003; Interessado Ademir**  
97 **Fonseca de Oliveira; Auditor Leonardo Macieira/Alessandra Tavares Braga; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora -**





98 Conselheira Rosa Hage; **Publicado no DOE nº 32.422, de 21.06.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério  
99 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e não provimento do Recurso. A  
100 matéria foi colocada **em discussão.** A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O  
101 Plenário, **à unanimidade,** decidiu pelo conhecimento e provimento do Recurso de Reconsideração para modificar o  
102 Acórdão nº 18.402, determinando o trancamento da Prestação de Contas do Fundo Municipal de Educação de Cachoeira  
103 do Piriá, exercício de 2003, por estarem ilíquidáveis, na forma dos artigos 104 e 105 do RI/TCM, uma vez existente  
104 comprovação do sinistro ocorrido na sede da Prefeitura, nos termos da fotocópia do Inquérito Policial encaminhado. Em  
105 seguida, houve a inversão da pauta com o julgamento do processo de nº 7: **Processo nº 200409545-00; Prefeitura**  
106 **Municipal de Curuá;** Recurso de Reconsideração contra a decisão constante na Resolução nº 7560/TCM, de 08.06.2004 -  
107 2000; Interessado José Vieira de Castro; 4º Controladoria; Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro  
108 Antônio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 32.422, de 21.06.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério  
109 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e provimento total do Recurso. A  
110 matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O  
111 Plenário, **à unanimidade,** decidiu pelo conhecimento e provimento total do Recurso, para modificar a decisão recorrida no  
112 sentido de emitir parecer prévio favorável a aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Curuá, exercício de 2000, com  
113 a baixa do valor devido à conta "Agente Ordenador", mantendo a multa imputada de R\$-3.000,00 (três mil reais), sobre a  
114 qual não houve impugnação. **Processo nº 201119337-00; Prefeitura Municipal de Garrafão do Norte; Recurso de**  
115 **Reconsideração contra a Decisão da Resolução nº 9.828 - 2004; Interessado José Juraci Linhares de Lima; 4ª**  
116 **Controladoria; Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães; Publicado no DOE**  
117 **nº 32.422, de 21.06.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos  
118 autos e manifestou-se pelo não conhecimento do Recurso. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator  
119 proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pelo não conhecimento do  
120 Recurso, com a manutenção da decisão proferida por meio da Resolução nº 9.828/TCM, de 19.08.2010, que emitiu parecer  
121 prévio pela não aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Garrafão do Norte, exercício de 2004, de responsabilidade  
122 de José Juraci Linhares de Lima. **Processo nº 260022004-00; Câmara Municipal de Colares; Recurso de Revisão**  
123 **contra a Decisão do Acórdão nº 24.828, de 16.02.2012 - 2004; Interessado Valmir Correa da Trindade; Procuradora**  
124 **Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães; Publicado no DOE nº 38.422, de**  
125 **21.06.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-  
126 se pelo conhecimento e provimento total do Recurso. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator  
127 proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pelo conhecimento e  
128 provimento total do Recurso, para modificar o Acórdão nº 21.828, de 16.02.2012, e aprovar as contas da Câmara  
129 Municipal de Colares, exercício 2004, de responsabilidade de Valmir Correa da Trindade, com a baixa do valor de R\$  
130 2.351,25 (dois mil, trezentos e cinquenta e um reais e vinte e cinco centavos), pela remessa extemporânea dos Relatórios  
131 de Gestão Fiscal, e de R\$-11.448,25 (onze mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e vinte e cinco centavos), corrigido,  
132 referente ao pagamento em duplicidade aos Vereadores. **Processo nº 1330052004-00; Fundo Municipal de Saúde**  
133 **de Cachoeira do Piriá;** Recurso de Reconsideração contra a decisão objeto do Acórdão nº 20.269, de 21.04.2010 - 2004;  
134 **Responsável Ademir Fonseca de Oliveira; Auditor Leonardo Macieira; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora -**  
135 **Conselheira Rosa Hage; Publicado no DOE nº 32.422, de 21.06.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério  
136 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e negativa de provimento do Recurso. A  
137 matéria foi colocada **em discussão.** A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O  
138 Plenário, **à unanimidade,** decidiu pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso de Reconsideração, para modificar  
139 parcialmente o Acórdão nº 20.269/2010, determinando o trancamento da Prestação de Contas do Fundo Municipal de  
140 Saúde de Cachoeira do Piriá, exercício de 2004, por estarem ilíquidáveis, na forma dos artigos 104 e 105 do RI/TCM, uma  
141 vez existente comprovação do sinistro ocorrido na sede da Prefeitura, nos termos da fotocópia do Inquérito Policial  
142 encaminhado, mantendo-se as multa cominadas, na forma do voto condutor da decisão recorrida. **Processo nº**  
143 **200809524-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Capitão Poço;** Recurso de Reconsideração contra a  
144 **Decisão Objeto do Acórdão nº 13.794, de 20.09.2005 - 2003; Interessado José Raimundo Oliveira; Auditora Maria do**  
145 **Socorro Pessoa e 4ª Controladoria; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães;**  
146 **Publicado no DOE nº 32.422, de 21.06.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu

*eg*  
*procurador*





147 posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e provimento total do Recurso. A matéria foi colocada **em**  
148 **discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**,  
149 decidiu pelo conhecimento e provimento total do Recurso, para modificar os termos do Acórdão nº 13.749, de 20.09.2005,  
150 no sentido de dar baixa nos valores pagos a título de multa, e aprovar as contas do Fundo Municipal de Assistência Social,  
151 exercício 2003, de responsabilidade de José Raimundo Oliveira, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$  
152 185.021,61 (cento e oitenta e cinco mil, vinte e um reais e sessenta e um centavos). **Processo nº 201212391-00;**  
153 **Prefeitura Municipal de Castanhal; Contrato de locação de imóvel; Interessado Hélio Leite da Silva; Procuradora Maria**  
154 **Inez Gueiros; Relator – Conselheiro Antônio José Guimarães.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público  
155 ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**.  
156 O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo  
157 cadastramento do Ato. **Processo nº 201018479-00; Coordenadoria de Comunicação Social - COMUS; Contrato nº**  
158 **002/10, firmado com a Prefeitura Municipal de Belém; Interessado Delcio Pantoja Oliveira; Procuradora Maria Regina da**  
159 **Cunha; Relator – Conselheiro Antônio José Guimarães.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu  
160 posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O  
161 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela  
162 negativa de cadastro do Contrato nº 002/2010, firmado entre a Prefeitura Municipal de Belém, através de sua  
163 Coordenadoria de Comunicação Social – COMUS e a empresa V. Vasconcelos Moreira Informática - Me, determinando a  
164 juntada ao processo de prestação de contas respectivo. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares.  
165 **Processo nº 201100038-00; Coordenadoria de Comunicação Social - COMUS; Contrato nº 006/10, firmado com a**  
166 **Prefeitura Municipal de Belém; Interessado Delcio Pantoja da Cunha; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator –**  
167 **Conselheiro Antônio José Guimarães.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento  
168 dos autos e manifestou-se pela negativa de cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro  
169 Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela negativa de  
170 cadastramento do Contrato nº 006/2010, firmado entre a Prefeitura Municipal de Belém, através de sua Coordenadoria de  
171 Comunicação Social – COMUS e a empresa Pará Suprimento e Informática Ltda, determinando a juntada ao processo de  
172 prestação de contas respectivo. **Processo nº 201100044-00; Coordenadoria de Comunicação Social - COMUS;**  
173 **Contrato nº 009/10, firmado com a Prefeitura Municipal de Belém; Interessado Delcio Pantoja Oliveira; Procuradora Maria**  
174 **Regina da Cunha; Relator – Conselheiro Antônio José Guimarães.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público  
175 ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela negativa de cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em**  
176 **discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**,  
177 decidiu contra o cadastramento do Contrato nº 009/2010, firmado entre a Prefeitura Municipal de Belém, através de sua  
178 Coordenadoria de Comunicação Social – COMUS e a empresa J. F. Comércio E Serviços De Informática - Ltda,  
179 determinando a juntada ao processo de prestação de contas respectivo. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro  
180 Cezar Colares. Em seguida, a Conselheira Mara Lúcia assumiu a Presidência da Sessão. **Processo nº 200709534;**  
181 **IPAMB; Aposentadoria – Resolução nº 602/2007 Interessado Valdecir Pereira de Almeida; Procuradora Elisabeth Salame da**  
182 **Silva; Relator – Auditor Alexandre Cunha.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu  
183 posicionamento dos autos e manifestou-se pela negativa de registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O  
184 Relator apresentou sua proposta de **Decisão**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu  
185 pela negativa de registro da Resolução nº 602/2007. Com impedimento da Conselheira Mara Lúcia que atuou nos autos  
186 como Procuradora, à época. **Processo nº 201008552-00; Instituto de Previdência Social dos Servidores do**  
187 **Município de Altamira; Aposentadoria – Resolução nº 005/2011, de 15.03.2011; Interessada Terezinha de Jesus de**  
188 **Sousa Alves; Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator – Auditor Alexandre Cunha.** Cumprindo dispositivo regimental,  
189 o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela negativa de registro do Ato. A matéria foi  
190 colocada **em discussão**. O Relator apresentou sua proposta de **Decisão**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário,  
191 **à unanimidade**, decidiu pela negativa de registro da Resolução de nº 05/2011. Às dez horas, o Conselheiro Cezar Colares  
192 assumiu a Presidência da Sessão. **Processo nº 201021705-00; Instituto de Previdência Social dos Servidores do**  
193 **Município de Altamira; Aposentadoria – Resolução nº 011/2011, de 08.07.2011; Interessado Maria do Socorro Rocha**  
194 **Santos; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator – Auditor José Alexandre Cunha Pessoa.** Cumprindo dispositivo  
195 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela negativa de Registro do Ato. A






matéria foi colocada **em discussão**. O Relator apresentou sua proposta de **DECISÃO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo negativa de registro da Resolução nº 011/2011. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201113911-00; Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Altamira; Aposentadoria – Resolução nº 005/2012, de 10.02.2012; Interessado Severino Pereira da Silva; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator – Conselheiro José Carlos Araújo.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro da Resolução. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro da Resolução nº 005/2012, de 10/02/2012, que aposentou, Severino Pereira da Silva, na função de Gari, com provento proporcional ao tempo de contribuição, majorado para o salário mínimo. **Processo nº 201118932-00; Câmara Municipal de Mãe do Rio; Contrato Temporário de Pessoa – 2011; Interessado Antônio do Carmo Araújo Nunes; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator – Conselheiro José Carlos Araújo.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela negativa de registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela negativa de registro dos Contratos Temporários firmados pela Câmara Municipal de Mãe do Rio com Antônia Damiana Pereira Soares e outros, nos termos do voto do Relator. **Processo nº 201207473-00; Câmara Municipal de Mãe do Rio; Contrato Temporário de Pessoa – ; Interessado Antonio do Carmo Araújo Nunes; Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator – Auditor convocado José Alexandre Cunha Pessoa.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela negativa de registro. A matéria foi colocada **em discussão**. O Relator apresentou sua proposta de **DECISÃO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela negativa de registro dos Contratos Temporários firmados pela Câmara Municipal de Mãe do Rio e Antônia Damiana Pereira Soares e outros. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares. Em seguida, o Conselheiro José Carlos Araújo assumiu a Presidência da Sessão. **Processo nº 201003881-00; Prefeitura Municipal de Paragominas; Contratos nº's 149 e 150/2010, Locação de 02 (dois) Veículos Automotores; Interessado Adnan Demachki; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator – Auditor José Alexandre Cunha Pessoa.** Retirado de pauta. **MATÉRIA ADMINISTRATIVA.** O Conselheiro Cezar Colares pediu a palavra para propor que fosse expedida Notificação a todos os Prefeitos e Presidentes de Câmara Municipais do Estado para que seja efetuado o envio ao TCM da comprovação da criação do Portal da Transparência nos Municípios respectivos. Após discussão sobre a matéria entre os Conselheiros presentes, foi delegada à Presidência da Casa a execução do referido documento. Em seguida, o Conselheiro Cezar Colares solicitou que ficasse disponibilizado, também, no endereço eletrônico do TCM as informações referentes as prestações de contas apresentadas quadrimestralmente pelos Municípios e já disponibilizadas na intranet do Tribunal. A Presidência acatou a sugestão apresentada e comunicou que providenciará a execução junto ao Departamento de Informática. Após, o Conselheiro José Carlos Araújo informou que recebeu um telefonema do Ministério Público do Estado convidando os Conselheiros para se fazerem presentes na manifestação que o Parquet fará contra a PEC 37. O Conselheiro Daniel Lavareda solicitou o apoio favorável do Ministério Público quanto a PEC nº 20, de interesse do TCM. O Conselheiro Cezar Colares solicitou fosse transformada em proposição a manifestação do Conselheiro Daniel Lavareda, o que foi acatado, à unanimidade. **DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS. PALAVRA DOS CONSELHEIROS e MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO.** Após, a Presidência declarou **ENCERRADA** a presente Sessão às onze horas da qual foi lavrada a presente Ata.

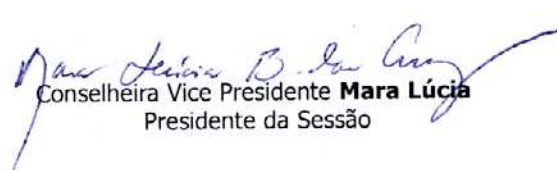
Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em vinte e cinco de junho dois mil treze.

Visto:

  
**Robson Figueiredo do Carmo**  
Secretário Geral

  
Conselheiro Presidente **José Carlos Araújo**  
Presidente da Sessão

  
Conselheiro Corregedor **Cezar Colares**  
Presidente da Sessão

  
Conselheira Vice Presidente **Mara Lúcia**  
Presidente da Sessão